

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Gestão competente	2
Título: Notas	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Notas	4
Título: Maxietanol	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Nenhum país ficará livre de sobretaxa do aço, diz Casa Branca.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Melhora no setor de petróleo ajuda economia do RJ	7
Título: Certificação mais rígida deve reduzir número de empresas	9
Título: Destaques	11
Título: Petrobras avalia saídas para Liquigás	11
Título: AL começa a discutir tarifa dos EUA ao aço	13
Título: Safra de cana.....	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Joaquim Francisco de Carvalho e Mário Augusto Santos****Título: Gestão competente**

Para formar uma opinião responsável sobre a privatização da Eletrobras, os atuais corifeus da energia deveriam simplesmente constatar o que aconteceu com a qualidade dos serviços de eletricidade e com as tarifas, em consequência das privatizações — em vez de ouvir os ex-agentes públicos responsáveis pelas privatizações já realizadas.

E seria útil conhecer a opinião de especialistas em sistemas de potência. O setor elétrico começou a ser privatizado em 1995. Em consequência, aconteceu o seguinte: No segmento de geração, cuja capacidade total é de 145 GW, apenas 29% ficaram com o Estado, representado pela Eletrobras e suas subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e pela metade de Itaipu, que atualmente cobre 19% da demanda elétrica do Brasil e 95% da do Paraguai.

No segmento de transmissão, o grupo Eletrobrás controla 57 mil quilômetros de linhas, enquanto 584 mil quilômetros estão sob controle privado. No segmento de distribuição, as principais empresas também foram privatizadas, inclusive a Eletropaulo.

No tocante à qualidade dos serviços — além das oscilações de tensão, que danificam equipamentos elétricos de todo tipo —, os consumidores têm enfrentado brutais aumentos na frequência e na duração dos cortes de energia, principalmente em São Paulo. Quanto às tarifas, entre 1995 e 2016 subiram mais de 130% acima da inflação.

Antes de 1995, estavam entre as mais baratas do mundo. Hoje estão entre as mais caras. Por isso, inúmeras indústrias eletrointensivas estão saindo do Brasil e lançando ao desemprego milhares de operários e técnicos qualificados. Pode-se mesmo dizer que a privatização do sistema elétrico agrava o processo de desindustrialização do Brasil, que volta a ser um simples exportador de commodities, como era até meados dos anos 1950.

Aqui é importante distinguir os conceitos de espaço público e espaço privado. No espaço privado devem estar corporações industriais, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e outras, que têm entre os seus objetivos gerar lucros. No espaço público ficam atividades não lucrativas, tipicamente estatais, como a diplomacia, a segurança nacional, o policiamento, o ensino básico etc., além de certas utilities, vitais para as demais atividades e que são monopolizáveis.

Ora, a energia elétrica é um monopólio natural, do qual dependem a produção industrial, as comunicações, a pesquisa científica, a conservação dos alimentos, a saúde pública, ou seja, praticamente tudo. Assim, as tarifas de eletricidade impactam todos os custos da economia e não devem ser formadas no espaço privado, pois aí os investimentos têm entre os seus objetivos o de gerar lucros, se possível, máximos.

No caso do Brasil, deve-se ainda ter em conta que a principal fonte primária do sistema elétrico é a energia hidráulica. Ocorre que a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios hidrelétricos, ao lado de outras, importantes, como o abastecimento de água, a irrigação, o controle de enchentes etc.

Tudo isso implica grandes despesas permanentes em preservação ambiental e a experiência mostra que investidores privados não fazem tais despesas. Por esta razão, até nos Estados Unidos, onde o sistema é quase todo privado, as hidrelétricas são controladas por entidades públicas, como a Tennessee Valley Authority, a North Western Energy Company, a Bonneville Power Administration e até pelo Exército.

As termelétricas convencionais e as nucleares são controladas por grupos privados. O grupo Eletrobras está em crise, mas privatizá-lo não resolverá seus problemas. Mais inteligente seria despolitizá-lo e submetê-lo a administradores profissionais, supervisionados por órgãos de controle integrados por representantes eleitos por confederações da indústria e do comércio.

Estes são os maiores interessados na qualidade dos serviços e na modicidade tarifária. Se isso for realizado de forma competente e honesta, calcula-se que — depois de feitos os necessários ajustes administrativos — os lucros da Eletrobras (com Itaipu) poderão chegar a R\$ 17 bilhões por ano, superando, portanto, o valor que o governo espera arrecadar com a venda deste tão estratégico ativo.

Joaquim Francisco de Carvalho é consultor em energia e foi diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear); **Mário Augusto Santos** é embaixador aposentado

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Miau elétrico

Quem não tem cão caça com gato. Como a reforma da Previdência morreu de inanição política, o governo joga agora no Congresso suas fichas no projeto que privatiza a Eletrobras. A escolha dos parlamentares da comissão especial que analisará a venda é feita a dedo. Só entra quem tem compromisso com o governo.

Fator botijão de gás

As pesquisas qualitativas do governo Temer revelam como é difícil a percepção de melhora na economia. Quando se mostram os dados da menor inflação em dez anos, os entrevistados lembram dos reajustes bem acima da inflação do popular gás de cozinha. Quando é confrontando com a queda nos juros, o consumidor lembra, sempre com razão, cheques especiais e cartão de crédito com juros no pico do Monte Everest.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Notas

Governo retalia Noruega meses após saia-justa

Nove meses depois de Michel Temer passar por uma saia-justa provocada pelo governo da Noruega, veio o troco. A estatal Norsk Hydro ASA foi multada em R\$ 20 milhões pelo Ibama e teve reduzida em 50% sua produção por suspeita de contaminar rios de Barcarena (PA). Políticos locais dizem ter ouvido do ministro Sarney Filho (Meio Ambiente) que a punição considerada dura foi retaliação. Ele nega: "É um contrassenso, dão dinheiro para a Amazônia e a estatal deles polui, não cumpre regras e enrola. Agora, estão sob as lupas do órgão nacional."

» Com a palavra.

A norueguesa Norsk Hydro informou que não vai comentar o assunto. A empresa comprou em 2010 toda a cadeia de produção de alumínio no Brasil e gera 40 mil empregos diretos e indiretos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Camila Turtelli / Clarice Couto / Gustavo Porto

Título: Maxietanol

A Biosev iniciou, já na semana passada, um mês antes do período oficial, o processamento de cana da safra 2018/2019 em suas oito usinas do Centro-Sul. Seis unidades estão em São Paulo, duas em Mato Grosso do Sul e uma Minas. As operações começam no modo “maxietanol”, com o destino prioritário da matéria-prima para produzir o combustível, hoje melhor remunerado que o açúcar. A Biosev prevê que essa temporada será a mais alcooleira possível. A Biosev tem duas unidades também no Nordeste.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Fovest

Autor: DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Título: Nenhum país ficará livre de sobretaxa do aço, diz Casa Branca

Brasil vê como prejudicial tom bélico da UE e aguarda anúncio formal dos EUA sobre medida

Primeira-ministra britânica, por telefone, diz a Trump que está profundamente preocupada com taxas

Um dos principais assessores comerciais do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que não haverá isenção de tarifas sobre a importação de aço e alumínio a nenhum país fornecedor. Peter Navarro, diretor do Conselho Nacional de Comércio da Casa Branca, afirmou que nações não serão excluídas das taxas porque essa seria uma inclinação escorregadia, mas disse que haverá isenções a empresas.

"Haverá um procedimento de isenção para casos específicos em que precisamos ter isenções, para que os negócios possam avançar", afirmou Navarro no programa State of the Union, da CNN. Navarro não deu detalhes sobre o mecanismo de isenção, e a Casa Branca não retornou a pedidos de comentário. Na quinta-feira (10), Trump disse que os Estados Unidos aplicariam uma sobretaxa de 25% ao aço e de 10% ao alumínio importados.

Segundo o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross, Trump conversou com líderes mundiais e não considera isenções. "A decisão, obviamente, é dele, mas, dado o momento e até onde eu sei, ele está falando sobre uma medida bastante ampla. Ainda não o ouvi descrever isenções específicas", afirmou Ross no programa This Week, da ABC, neste domingo (4).

O plano de Trump, porém, parece não ser consenso nem dentro de seu próprio partido.

Kevin Brady, parlamentar republicano e presidente do comitê da Câmara dos Deputados responsável por tributação, disse neste domingo que aço e alumínio negociados de forma justa devem ser isentos das tarifas, especialmente os provenientes dos parceiros do tratado de comercial Nafta, como Canadá e México.

Ambos os países ameaçaram uma retaliação se Trump prosseguir com a imposição.

Questionado se os dois aliados deveriam ser isentos, Brady disse: "Sim, e indo mais longe, excluindo todo o aço e o alumínio negociados de forma justa, não apenas desses dois países".

CAUTELA

O Brasil já trabalhava com esse cenário. Dois dias antes do anúncio, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, havia ouvido de Ross que haveria situações de exceção. O Brasil está entre os países que mais podem ser afetados pela tarifa porque é o segundo maior exportador de aço para os EUA.

Jorge e representantes da indústria foram recebidos em Washington por Ross na última terça (27), em uma reunião de 40 minutos, longa para os padrões do americano.

Ouviram do secretário que uma eventual decisão de cobrança adicional de tarifas não seria horizontal, ou seja, que haveria possibilidade de recurso. Foram informados ainda de que estavam previstas situações de isenção.

O governo brasileiro vai aguardar o anúncio formal da cobrança adicional, esperado para esta semana, antes de ameaçar represálias ou recorrer a organismos como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

A avaliação, segundo a Folha apurou, é que a melhor postura é o monitoramento da situação, para evitar acirrar os ânimos com os EUA em um momento em que não está claro o alcance da medida.

O governo brasileiro vem acompanhando as reações de Trump a posicionamentos como o da União Europeia, que ameaçou represálias comerciais após o anúncio, e a avaliação é de que um tom belicoso pode ser prejudicial.

GUERRA COMERCIAL

Em um telefonema ao presidente americano, a primeira-ministra britânica, Theresa May, disse ter profunda preocupação com a tarifas. Segundo uma porta-voz do gabinete, May observou que uma ação multilateral era a única maneira de resolver o excesso de capacidade global.

Na sexta (2), a União Europeia respondeu a Trump citando uma possível tarifa a produtos americanos emblemáticos, como motos Harley Davidson, uísque bourbon e jeans Levi's. No sábado (3), Trump ameaçou as montadoras europeias com um imposto sobre as importações.

Ross disse que os europeus estavam discutindo uma quantidade trivial de tarifas de retaliação, somando cerca de US\$ 3 bilhões em mercadorias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Bruno Villas Bôas e Rodrigo Polito

Título: Melhora no setor de petróleo ajuda economia do RJ

Numa espiral de queda desde 2014, quando os preços do barril e os desdobramentos da Lava-Jato minguaram os investimentos em óleo e gás, o setor de energia começa a dar sinais de recuperação, no Estado do Rio, tanto no aspecto fiscal quanto nas perspectivas de geração de emprego. Para além do crescimento esperado na arrecadação de royalties, 2018 marca também o início de importantes obras para a economia fluminense, ainda que o ritmo de atividade da indústria petrolífera não seja aquele dos tempos pré-crise.

O início da recuperação passa por dois eixos regionais: Itaboraí, na Região Metropolitana, que vive a expectativa de retomada das obras da unidade de processamento de gás do Comperj; e a região Norte Fluminense, onde começa este mês a construção da primeira das duas termelétricas do complexo do Açú, em São João da Barra. Juntos, Comperj e Açú têm potencial para gerar até 9 mil vagas no pico, nos próximos anos.

Segundo a 4E Consultoria, o Rio está de "saída técnica" da recessão desde meados do ano passado. Apesar do PIB estadual ter provavelmente recuado 1% em 2017, ele ficou estável no terceiro trimestre e cresceu no quarto trimestre. A consultoria atribui parte dessa reversão ao setor de óleo gás - que responde por 36% do valor produzido pela indústria no Estado.

"Os royalties também ajudam nas contas do governo e podem contribuir para a retomada de serviços públicos e consequente efeito na atividade econômica", comenta o economista da 4E, Alejandro Padron.

No primeiro bimestre, a arrecadação de royalties no Estado do Rio cresceu 26,3%, para R\$ 561 milhões, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP). O governo do Rio projeta uma alta de 18% a 20% na arrecadação este ano.

Em 2017, a geração de receitas de royalties e participação especial com a produção de óleo e gás já havia praticamente dobrado, para cerca de R\$ 7,1 bilhões, interrompendo uma sequência de dois anos de queda nominal. Ainda assim, os valores arrecadados pelo Rio seguem abaixo daqueles de 2014 (R\$ 9,94 bilhões), quando os preços do barril começaram a cair

Além do aspecto fiscal, a gerente das áreas de petróleo e gás e naval da Firjan, Karine Fragoso, destacou que o índice de confiança do empresariado melhorou em relação a 2017. "Temos condições já existentes para ter um futuro melhor do que o melhor passado que tivemos", afirmou.

A principal expectativa do setor gira em torno, hoje, da retomada das obras da UPGN do Comperj, que tratará o gás natural produzido do pré-sal. A construção da unidade foi interrompida em 2015 e será reiniciada em meados deste ano. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, as obras devem demandar a contratação de até 6 mil empregados. Hoje, apenas 300 trabalham nos canteiros do Comperj, sobretudo com manutenção. Ao todo, 36% das obras já foram executados.

No Norte Fluminense, começa em março a construção da primeira termelétrica do complexo do Açú, da Prumo Logística. A empresa prevê investir R\$ 7 bilhões em duas térmicas a gás e um terminal de regaseificação nos próximos cinco anos. A expectativa da empresa é que sejam gerados 3 mil empregos durante a construção das usinas, que devem ficar prontas uma em 2021 e uma 2023.

Karine, da Firjan, também vê aquecimento no mercado de prestação de serviços de manutenção, concentrado sobretudo em Macaé, também na região Norte Fluminense. Ao todo, a Petrobras estima 45 paradas programadas em suas plataformas em 2018, praticamente o dobro do ano passado.

"Isso também demonstra que há um engajamento para recuperação do setor", disse.

Em Macaé, o mercado vê sinais de aquecimento na procura de terrenos por parte de fornecedores, de olho nas perspectivas de encomendas após a retomada dos leilões do pré-sal em 2017.

"O nível de sondagem está próximo dos níveis pré-crise. São grandes empresas estrangeiras pequenas médias nacionais", afirmou Leonardo Dias, diretor do Parque Industrial Bellavista, espécie de condomínio industrial que abriga

grandes empresas do setor. Hoje, 14 empresas estão em fase de negociação, em diferentes estágios, para aquisição de terrenos no local.

A Firjan estima um volume de investimentos em exploração e produção no país de US\$ 175 bilhões até 2030. Desse total, 65% do valor são referentes a projetos com destino final no Rio. Karine disse, porém, que é preciso que o país evolua na questão tributária.

"O royalty tem como premissa construir o futuro. E o que estamos fazendo é destruindo futuro para tratar do passado. E não se consegue avançar na construção de um futuro além do petróleo".

A recuperação dos investimentos não parece, contudo, atingir o setor naval, por ora. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, cerca de 1,2 mil pessoas trabalham hoje nos estaleiros de Niterói, referência naval do Estado. O número responde por menos de 10% dos 15 mil empregados diretos de 2014.

"Está tudo parado, basicamente sobrevivendo de reparos navais, e a perspectiva hoje é que, sem novos contratos, haja novas demissões nos próximos meses, conforme os serviços contratados sejam concluídos", afirma o presidente do sindicato, Edson Rocha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Certificação mais rígida deve reduzir número de empresas

Termina em junho o prazo para que as empresas de certificação de conteúdo local estejam de acordo com as novas exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A principal mudança é que, a partir dessa data, as certificadoras precisarão apresentar o Certificado de Acreditação de Organismo de Certificação de Produto (OCP) junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Sem esse selo, a instituição ficará impedida de realizar a certificação.

De acordo com a ANP, das 23 certificadoras acreditadas pela autarquia hoje, apenas três possuem o certificado de OCP do Inmetro. Uma quarta empresa que possui o documento do instituto está em fase de validação da acreditação na agência petrolífera.

Apesar da queda do número de empresas que estarão aptas a realizar a certificação de conteúdo local a partir do segundo semestre deste ano, a ANP não vê risco ao atendimento da demanda do setor. "A ANP entende que as

empresas acreditadas conseguirão atender adequadamente a demanda pela emissão de certificados de conteúdo local", informou a autarquia em nota.

A agência também descartou qualquer possibilidade de estender o prazo para que as certificadoras atendam as novas exigências. "Os organismos de certificação tiveram dois anos para se adaptar à nova regra", completou.

As novas condições para a realização da certificação de conteúdo local entrarão em vigor em um momento movimentado do setor, em que a própria ANP está discutindo a proposta de mudança das metas de conteúdo local de contratos de concessão antigos e o Congresso se depara com um projeto de lei sobre o estabelecimento de uma política de conteúdo local, com percentuais definidos em lei, e não pelo Ministério de Minas e Energia.

Segundo a ANP, as discussões sobre percentuais de conteúdo local e as novas exigências para as certificadoras são "assuntos distintos".

Para Elmar Mourão, gerente técnico da BRA Certificadora, uma das empresas que já possuem acreditação pela ANP e o Inmetro, as novas exigências vão melhorar o padrão de qualidade do serviço e elevar a credibilidade do setor.

"No início, não havia uma metodologia de certificação. Então, existiam empresas de contabilidade, escritórios de advocacia, que se credenciaram. Na verdade, [a certificação de conteúdo local] é uma mistura de certificação e de legislação, mas é fundamental que a certificadora tenha conhecimento da área técnica de petróleo, para que a interpretação não fique apenas no 'juridiquês', e sim se estenda para a parte de execução técnica", disse ele.

Assim como a ANP, Mourão também entende que as certificadoras que estão aptas a atuar a partir de junho terão condições de atender a demanda do setor. Entre os clientes da BRA estão petroleiras como Repsol, Statoil e Chevron e grandes fornecedores da cadeia de óleo e gás, como a Schlumberger.

Especializada em certificações diferenciadas, consideradas "premium", a BRA desenvolveu um programa de certificação de sistemas de gestão anticorrupção no Brasil. Segundo o diretor executivo da companhia, Tiago Martins, o mercado de certificações na área de compliance deve ter crescimento expressivo nos próximos dois anos.

"Em 2015, percebemos a movimentação e a necessidade do mercado. Adotamos a estratégia de fazer um investimento pesado em algo diferenciado", afirmou o executivo. Segundo ele, o programa contempla as principais leis anticorrupção do mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Hydro declara força maior

A Norsk Hydro declarou força maior a seus clientes na sexta-feira, pela potencial incapacidade de honrar compromissos depois que foi obrigada a cortar a produção de alumina da Alunorte, em Barcarena (PA), pela metade. Além de ter 50% menos matéria-prima para fabricação de alumínio metálico, a companhia não vê "clareza" nas medidas que teria de tomar para conseguir retomar as operações. Autoridades estaduais e federais também a forçaram a encerrar as operações da bacia de rejeitos 2 até que uma licença final seja expedida. Procurada, a empresa não informou se a Albras, que recebe o insumo para fabricar o alumínio, também seria afetada.

Exxon repara danos

A Exxon Mobil informou que pode levar cerca de oito semanas para reiniciar a produção de gás natural liquefeito em suas unidades na Papua Nova Guiné, tempo necessário para reparar os danos provocados por um terremoto ocorrido em 26 de fevereiro. O tremor atingiu uma instalação de condicionamento de gás na região de Highlands, de onde parte um duto que transporta gás para a planta de GNL próximo à capital. As primeiras inspeções indicam que o principal equipamento do local não foi significativamente atingido. O aeródromo de Highland, construído para receber equipamentos e trabalhadores para a instalação, permanece fechado.

Eletrobras e Amazonas GT

A Eletrobras informou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu o dia 30 de abril como prazo final para a segregação das atividades da Amazonas Distribuidora de Energia, repassando as atividades de geração e transmissão para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia (Amazonas GT), junto com as outorgas da Usina Balbina e das usinas térmicas de Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Electron.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho e Camila Maia**Título:** Petrobras avalia saídas para Liquigás

A abertura do capital da Liquigás é uma, mas não a única, das possibilidades consideradas pela Petrobras, como alternativa ao veto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ao acordo de venda da distribuidora para a Ultragaz, do grupo Ultra, segundo quatro fontes consultadas pelo Valor. As restrições impostas pelo órgão antitruste, contudo, podem fazer a opção pelo IPO (sigla em inglês para oferta pública de ações) ganhar corpo.

O Valor apurou que o assunto ainda está totalmente em aberto dentro da estatal. Além do IPO, a Petrobras também avalia a possibilidade de reiniciar o desinvestimento da distribuidora de GLP no mercado, seguindo o mesmo modelo adotado anteriormente. Ou seja, vender 100% da empresa, para um novo controlador.

De acordo com sistemática do Tribunal de Contas da União (TCU), a estatal precisará recomeçar o processo da Liquigás do zero, divulgando ao mercado a oportunidade de venda para que todos os potenciais interessados, que atendam às condições do negócio, possam participar.

O entendimento na estatal, contudo, é que poucos investidores poderiam participar da negociação, devido às restrições impostas pelo Cade. Na quarta-feira passada (dia 28), a relatora do caso, a conselheira Cristiane Alkmin, sugeriu que a Petrobras deveria buscar uma empresa compradora com uma participação de mercado menor do que 10%, o que pode resultar em um processo pouco competitivo.

Quando a Petrobras lançou o processo de venda da Liquigás na praça, em 2016, as maiores concorrentes da Ultragaz - a Nacional Gás e SHV - Supergasbrás - também estavam no páreo, mas por possuírem fatias relevantes do mercado, possivelmente também enfrentariam restrições do órgão antitruste. Consigaz, Copagaz, a turca Aygaz e a Gávea Investimentos, fundo do economista Armínio Fraga, completam a lista de empresas envolvidas no início do processo de desinvestimento da distribuidora.

Porém, como relata uma fonte, nenhuma delas conseguiu fazer frente à oferta da Ultragaz, de R\$ 2,8 bilhões. O grupo Ultra estava disposto a pagar um prêmio maior pelo ativo, para consolidar sua liderança no mercado.

Mas, com a imposição de restrições pelo Cade surgiu a hipótese de vender as ações da distribuidora de GLP na bolsa. Uma fonte lembrou, contudo, que a opção por um IPO "não é trivial", sobretudo num ano eleitoral, e que exige tempo para ser estruturada.

A Petrobras informou que as alternativas para desinvestimento da Liquigás ainda estão sendo avaliadas e nenhuma decisão foi tomada até o momento na

diretoria executiva. A empresa reforçou também que mantém a estratégia de sair integralmente do segmento de distribuição de GLP, conforme previsto no plano de negócios da companhia.

O Valor apurou que "todas as possibilidades" estão em aberto e que o assunto ainda não passou pelo conselho de administração. "Tudo é possível", disse uma fonte ao ser questionada sobre a possibilidade de venda da empresa via mercado de capitais.

A venda da Liquegás à Ultragas foi fechada em 2016. Na ocasião, a Petrobras incluiu no contrato a hipótese de rescisão do contrato, sujeitando a compradora a uma multa de R\$ 286,2 milhões.

Na época, a venda da distribuidora correspondeu a 6% dos desinvestimentos anunciados pela estatal no biênio 2015-2016, de US\$ 13,6 bilhões. Para o biênio 2017-2018, a companhia anunciou outros US\$ 21 bilhões.

Neste momento, a empresa tem negociações avançadas, na fase de recebimento de ofertas vinculantes, para vender a Transportadora Associada de Gás (TAG), as áreas de Enchova e Pampo, em águas rasas, e a unidade de fertilizantes (inacabada) de Três Lagoas (MS).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Victor Aguiar

Título: AL começa a discutir tarifa dos EUA ao aço

Sob a perspectiva de ter seu aço barrado nos Estados Unidos, a Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) marcou uma reunião de emergência para quinta-feira, dia 8. Além da tarifa de importação, as siderúrgicas temem o desvio de comércio. Ou seja, elas não só teriam de buscar outros destinos de exportação, como poderiam passar a enfrentar, em seus próprios mercados, uma invasão de rivais de outros países, igualmente em busca de novos compradores. O tema também será debatido no encontro mundial do Comitê do Aço e do Fórum Global do G-20.

"Mesmo que hoje o mercado esteja equilibrado na concorrência [com preços sustentáveis], o princípio de vasos comunicantes leva a entender que a região será visada", afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, ao Valor. "Estamos saindo de uma profunda recessão e trabalhando para retomar o consumo. O Brasil não pode ser ingênuo, tem de implantar alguma defesa comercial ou será alvo."

O desvio parece inevitável para as companhias brasileiras. Por ano, cerca de 4,7 milhões de toneladas são escoadas aos EUA, a maioria placas. Para evitar ociosidade em seus parques industriais, as empresas terão de exportar para outros países. Entre as produtoras estão a Ternium Brasil, a ArcelorMittal e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

O Brasil ainda vai tentar convencer o presidente Donald Trump de que seu produto é complementar e que barrá-lo lesaria o mercado americano. Lopes também vê chance de uma "retaliação branca". Atualmente, o Brasil é o maior importador de carvão de coque das produtoras americanas. "Naturalmente", diz, se buscaria o produto de outro local.

"Os EUA são importadores estruturais de aço desde a década de 60", afirma José Carlos Martins, sócio da consultoria Neelix e ex-diretor da Vale e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "Não existe a menor possibilidade de substituírem a importação do dia para noite." Ele diz crer que a escassez de aço ajudará a impulsionar muito o preço do produto nos EUA. Mas, antes, faltará sucata para reciclagem de aço. Por isso, no curto prazo, se de fato as tarifas forem implantadas, Martins prevê uma compressão do "metal spread" - a diferença de preço entre a sucata usada como matéria-prima localmente e o produto final.

Mesmo assim, analistas do mercado financeiro apostam que a Gerdau, com grande presença no território americano, desponta como a mais bem posicionada para aproveitar o novo cenário mundial do setor.

Para Renato Maruichi, do Santander, o grupo gaúcho vive um momento muito positivo, com a sobretaxa atuando em conjunto com o aumento de preços no Brasil e com as vendas de ativos. Credit Suisse e BTG Pactual têm leituras semelhantes. Em relatório, o Credit reiterou a recomendação de compra para a Gerdau, enquanto o BTG elevou o preço-alvo de R\$ 18 para R\$ 21, também com recomendação de compra.

Na sexta-feira, as ações preferenciais da Gerdau caíram 1,46%, para R\$ 16,90, e as de sua controladora, a Metalúrgica Gerdau, recuaram 2,38%, para R\$ 7,79. Apesar da queda, elas recuaram menos que a concorrência e no ano acumulam ganhos de 36,5% e 34,5%, respectivamente. Os papéis da CSN tiveram queda de 5,05%, para R\$ 9,21, e os PNAs - um tipo de ação preferencial - da Usiminas perderam 3,9%, fechando em R\$ 11,34.

A aposta geral é que, entre perdas e ganhos, a instabilidade cresça. Maruichi diz que as ações da CSN tendem a ser mais afetadas pela notícia. "Ela tem outros problemas a serem superados, como reestruturar dívida", afirma. Quanto à Usiminas, o impacto é neutro, uma vez que as vendas ao país são pouco

significativas. Marco Saravalle, da XP Investimentos, diz que os possíveis efeitos de médio e longo prazos são mais relevantes.

Para os analistas, o fechamento dos EUA pode provocar um desequilíbrio mundial de oferta e demanda de aço, aumentando fluxos de exportação ao mercado brasileiro, como teme o Aço Brasil, e alterando a dinâmica de preços. "O impacto direto é pequeno, mas impactos indiretos podem ser sentidos no futuro", diz Saravalle.

Uma questão jurídica pode atrapalhar os planos de Trump - são os contratos de longo prazo de fornecimento direto do Brasil, como os da Ternium, que envia o material para ser laminado por parceiras no Alabama. A sobretaxa prejudicaria ambos os lados, deixando dúvidas sobre o futuro desses acordos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Safra de cana

A conferência "Abertura de Safra de Cana 2018/19" reunirá empresários e executivos de usinas, produtores e fornecedores de cana e lideranças políticas para debater temas relacionados à produção da commodity. Os fundamentos do mercado mundial, regulamentação do Renovabio e equipamentos agrícolas, riscos e desafios são os principais temas.

Data: 14 de março

Horário: 9h às 19h Local: Espaço Golf. Ribeirão Preto / São Paulo

MME / ASCOM .